

ACAFA

Nº 6 (2013)

On-line



**PELOURINHOS DA BEIRA INTERIOR.
UMA PÁGINA ESQUECIDA
NA HISTÓRIA DE PORTUGAL**

**Pillories of Beira Interior.
A forgotten page in the history of Portugal**

António Maria Romeiro Carvalho



Vila Velha de Ródão, 2013

**PELOURINHOS DA BEIRA INTERIOR.
UMA PÁGINA ESQUECIDA
NA HISTÓRIA DE PORTUGAL**

**Pillories of Beira Interior.
A forgotten page in the history of Portugal**

António Maria Romeiro Carvalho¹

Palavras-chave: pelourinho; poder; autonomia; Liberalismo.

Key words: pillory; power; autonomy; Liberalism.

¹ Professor de História. Investigador do IEDS da UNL. Teacher of History. Researcher at IEDS - UNL.

Resumo

Os pelourinhos, solitárias mas majestosas colunas de pedra, são o símbolo material da autoridade e autonomia de concelhos medievais e de alguns senhores laicos e religiosos.

O pelourinho primitivo seria uma simples coluna de pedra cravada no chão, dando centralidade ao local que ocupava. Seria a continuidade da vara, símbolo do poder que era atribuído, primeiro, pela divindade, ao condutor de homens, como lembram a vara de Moisés, o báculo do bispo ou do papa, a vara do provedor de qualquer irmandade ou confraria, ou mesmo a vara do pastor, cuja vara e função têm permitido, ao longo dos séculos, múltiplas parábolas e metáforas.

Os pelourinhos actualmente existentes datarão do século XVI, ou de tempos mais recentes, fruto das reformas manuelinas. Chegaram até nós os que resistiam à fúria devastadora do tempo e dos homens.

Para além da função simbólica do poder autonómico, e por causa disto, o pelourinho era local de anúncios e proclamações, (breve) exposição de criminosos e, talvez, de pequenas penas. Mas não era local-instrumento de

flagelação, exposição continuada de criminosos ou enforcamento. Para tais penas, existiram o poste, o pelourinho de gaiola e a forca.

Muito longe de Lisboa e do poder centralizado desejado pelo Liberalismo, a Beira Interior é uma das regiões onde mais pelourinhos resistiram e constitui a região base deste estudo.

Abstract

The pillories, lonely but majestic stone columns are the material symbol of the authority and autonomy of medieval municipalities and of some medieval secular and religious lords.

The primitive pillory would be a simple column of stone stuck in the ground, giving centrality to the place it occupied. It would be the continuity of the stick, symbol of the power that was given first, by the divinity to the leader of men, as noted by the rod of Moses, the crosier of the bishop or pope, the stick of the provider of any brotherhood or fraternity, or even the rod of the shepherd, whose stick and function have allowed, over the centuries, many parables and metaphors.

The existing pillories date from the sixteenth century, or more recent times, as the result of Manueline reforms. Came to us those that resisted to the devastating fury of time and men.

Beyond the symbolic function of the autonomic power, and because of this, the pillory was a place of ads and proclamations, (short) exposure of criminals and perhaps small punishments. But it wasn't a local instrument-flogging, continued exposure of criminals or hanging. For such sentences, there were the post, the cage pillory and the gallows.

Far from Lisbon and from the centralized power desired by liberalism, Beira Interior is one of the regions where more pillories resisted and it is the basis of this review.

Introdução

O pelourinho é visto como símbolo jurídico e administrativo, levantado na praça principal da povoação. Aliás, a praça é a principal, porque tem o pelourinho. Por isso é a «Praça» ou o «Largo do Pelourinho». O pelourinho foi (e é, ainda, nalgumas povoações) o ponto centralizador do espaço.

O pelourinho representou a autoridade e autonomia dos concelhos, e de alguns senhores religiosos e laicos, em relação ao poder central. Por isso,

muitos terão sido destruídos a seguir à revolução liberal, depois de 1820, às mãos de algum liberal fanático, ignorante ou simplesmente mais interessado na construção de uma estrada, muro, chafariz, cruzeiro ou outra construção laica ou religiosa. Mas, no início dos tempos, seria a vara do poder dada pela divindade ao condutor de homens por ela escolhido, como acontece com Moisés.

Construído de pedra, o pelourinho é constituído por uma coluna que assenta numa escaleira, geralmente redonda ou quadrada, e encimado por um capitel de variada forma. No início contudo, pouco mais era do que um fuste plantado numa pedra, sendo visível a sua proximidade à vara. Até ao século XVI, o pelourinho teria a designação de picota e aqui seriam aplicadas algumas penas, nomeadamente as ordenadas pelos almotacéis, caso da flagelação, corte de membros e exposição. Exposição do criminoso também acontecia na gaiola, ou guarita, que encimava a coluna. Esta tinha de ser forte para suportar a gaiola, o que não é possível nos pelourinhos que chegaram até nós. A gaiola ou guarita passa a símbolo decorativo, encimando alguns pelourinhos actuais. A pena de morte, contudo, era aplicada na forca, colocada fora da povoação, em ponto alto e bem visível, desempenhando dupla função: penalização e dissuasão. Tanto a forca como o pelourinho deixaram marcas na toponímia.

1. Pelourinho: origens

Na origem do pelourinho é usual citar Alexandre Herculano e Teófilo Braga. Herculano escreve que fora da Itália a administração romana era diferente da executada nesta Península. Havia algumas cidades a quem os romanos concediam um direito itálico (*jus italicum*). Estas municipalidades privilegiadas, como corpos colectivos, ficavam equiparadas às municipalidades italianas. Continua o autor que: «Além de certos direitos civis atribuídos a tais cidades, como indivíduos morais, e de ficarem isentos dos impostos directos (*capitatio*) os seus habitantes, elas obtinham pelo *jus italicum* a completa organização municipal, com duúnviros, quinquenais, edis, questores, revestidos da mesma jurisdição, e podendo por isso levantar no foro ou na praça a estátua de Marsias ou Sileno com a mão erguida, símbolo da liberdade burguesa» (2008:11).

Nas outras cidades, escreve Herculano (2008), toda a jurisdição estava entregue a um magistrado romano (*rector*), ou a quem ele delegasse. Este, no exercício da sua autoridade, viajava pela província. Os rectores dividiam-se em corregedores, presidentes e consulares.

Por seu lado, Braga (1995) afirma que o Pelourinho era o símbolo material da resistência das garantias locais. Datava, escreve, «esse costume do tempo dos romanos, mas com certeza o Pelourinho [ou Picota] era já a representação artificial de um costume mais vetusco». A liberdade local, continua o autor,

exercia-se em cima de um montículo de terra ou de pedras; podendo ser este montículo, dizemos nós, a base material ou simplesmente ideal da base de sustentação do pelourinho ou da sua ideia de liberdade local. Sob a organização imperial romana, continua Braga, «as províncias receberam um grande impulso impondo aos povos conquistados as formas municipais; esta organização local robusteceu-se com a crença politeísta dos *genius loci*, [génio local] de que o Pelourinho foi a representação» (1995:198).

Ainda em Roma, Chaves (1930) escreve que, nos pelourinhos, «mais influíram, e creio que fundamentalmente os postes de madeira e colunas a que, por exemplo, no Pretório, eram amarrados os condenados à flagelação» (1948:12).

Recuando até à Pré-História, é possível, como escreve Henriques (1990), que a origem do pelourinho radique em muito velhas culturas, na Cultura Megalítica, que podemos ter exemplos transculturais nos próprios postes totémicos desta ou daquela civilização» (1990:44). Também Chaves sugere a origem megálita do pelourinho. Pelo menos alguns menires, «e pedras similares, erguidos verticalmente e fixados no solo, não teriam influência nas balizas e sinais cuneiformes do domínio territorial?» (1948:15). Na verdade, a pedra erguida, qual falo, é símbolo de poder, de virilidade, seja um bloco neolítico, seja um fuste clássico, seja uma simples vara espetada no solo, não sendo por acaso que, dentre mais de uma centena de nomes para o órgão sexual masculino, vara, verga, vargalho, pau sejam quatro.



Figura 1. Pelourinho de Salvaterra do Extremo, 2008, foto do autor. Em frente, com a torre do relógio, a Casa da Câmara. Torre do relógio e pelourinho são símbolos masculinos, fálicos. Os degraus são de 2005. Salvaterra do Extremo foi Concelho até meados do século XIX (1855).

Contudo, no início dos tempos, seria a vara do condutor de homens, ou objecto similar, que, à semelhança de Moisés, conduzia o seu povo. A vara era o instrumento e o símbolo do poder que lhe fora conferido pelo divino, e onde colocasse a vara esta se tornava o centro a partir do qual se organizava o espaço: «toma na mão tua vara com que feriste o Nilo e vai [...] ferirás o rochedo e a água brotará dele»; «o senhor disse a Moisés: fala aos israelitas. Que eles te dêem uma vara por tribo ou seja doze varas» (Ex 17, 5-6; Nm 17, 16-17). Os bispos e o papa têm bastão, sinal de condução de homens, tal como o dos pastores é do gado, como Cristo é o Bom Pastor, tal como a vara do Provedor da Irmandade da Misericórdia ou de outra Confraria o é nas procissões, regendo e ordenando, isto é, mantendo a ordem.

Esta função de condutor de homens possui outro indicador, que são os chifres. Os chifres são o símbolo e a substância da ligação a deus, supremo condutor. É o carneiro que conduz o rebanho. É o feiticeiro das tribos índias norte-americanas. Moisés de Miguel Ângelo, tem dois chifres. O azulejo do século XVIII, figura 2, também. Com a mudança semântica, e influência católica, chifrudo passou a ser cornudo ou diabo.

Com a sedentarização, a vara de pau passou a coluna de pedra. Como escreve Góis (1995), os primeiros pelourinhos não passam de «uma coluna de pedra rude e tosca cravada no chão ou numa base cilíndrica (tipo pedra de azenha) e sem qualquer símbolo heráldico» (1995:209).



Figura 2. Moisés com a vara e com chifres, no deserto. Além da vara que espetou e a partir dela se organizou o espaço, Moisés tem outra na mão. Azulejos na Igreja da Boa Hora, Lisboa. Foto do autor, 2008.

No reinado de D. Manuel I é que as decorações serão colocadas. É com estes rei que os brasões deixam de ser liberalizados e passam a ser permitidos apenas a nobres dos sete costados; também é este rei que expulsa os judeus.

Carvalho (2008), no respeitante à organização do povoado rural, afirma que «o pelourinho, o sucessor da vara do poder político e taumaturgo, é a efectiva marcação do ponto central a partir do qual cresceu o povoado». Quanto à sua evolução, escreve o autor, da vara de madeira, ao pelourinho de madeira e ao pelourinho de pedra. É o que se conta na Monografia de Penalva d'Alva (Oliveira do Hospital), onde, dizem, que o actual pelourinho de granito foi precedido por um de madeira (2008:121). Chaves escreve que, no início, seria uma coluna simples, «a forma de coluna, feita de pedra tosca ou de cantaria bem aparelhada, de fuste cilíndrico». Posteriormente, a qualidade artística dependia da riqueza do concelho e da habilidade de algum pedreiro (1948:16).

Os primeiros pelourinhos de pedra datarão do século XII, possivelmente, com os primeiros forais. Com D. Manuel I, e a reforma manuelina, atrás referida e caracterizada por uma tentativa de maior centralização, ter-se-ão destruído uns e substituídos outros e construídos outros tantos, originalmente, a par das decorações de alguns outros. A maior parte dos pelourinhos da Beira, actualmente, afirma-se em <http://www.cm-celoricodabeira.pt/concelho/historia/Paginas/OPelourinho.aspx>, correspondem a este período e são do tipo de gaiola, casos de Trancoso, Fornos de Algodres, Algodres, Aguiar da Beira, Castelo Mendo, Carapito,

Castelo Rodrigo, Muxagata, Pinhel, Alverca da Beira, Aveloso, Moreira de Rei, Cedovim, Marialva.

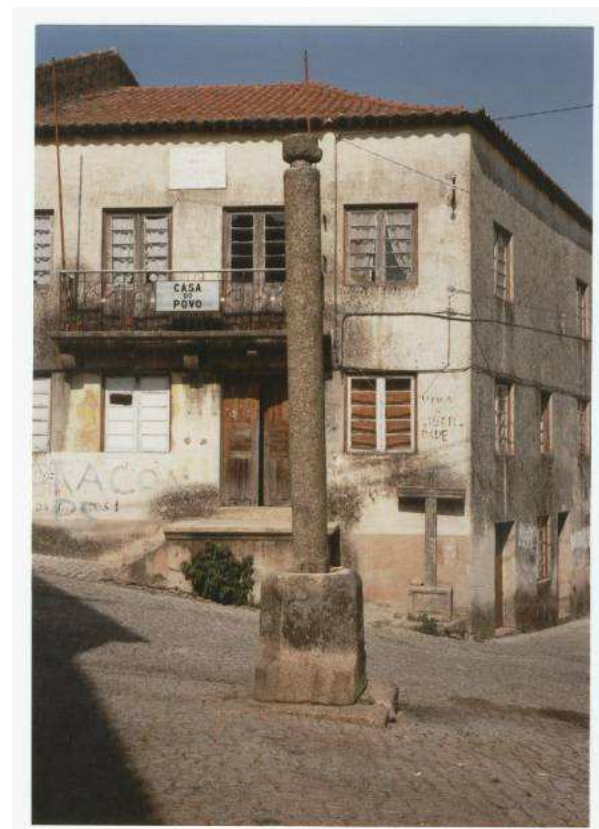


Figura 3. Pelourinho de Monsanto. Uma coluna de pedra encimada por um pequeno chapéu redondo. Qualquer forte encontrão derrubaria o pelourinho. Foto do autor 1990.

No distrito da Guarda, continua o autor, há pelourinhos que não têm gaiola. Uns são formados por várias peças, assentes no capitel, como o de Valhelhas, Ranhados, Foz Côa, Sortelha, Longroiva, outros são constituídos por uma única peça, como o de Açores, Baraçal, Forno-telheiro, Touça, Alfaiates, Casteiçedo.

2. Pelourinho: nomes e funções

Herculano (2008) afirma que o termo pelourinho aparece apenas no século XVII. O termo mais antigo, e popular, era picota. Segundo Atanásio de Raczynski, ministro da Prússia, que esteve em Portugal cinco anos, referido por Sobrinho (2007), a picota, na linguagem municipal e judicial era o local onde se expunham os criminosos «e se lhes infligiam as penas impostas pelas autoridades locais» (2007:1).

A confusão de nomes, instrumentos e funções ainda hoje permanece. Chaves (1930) afirma que picota é o nome primitivo do pelourinho. Gil Vicente, falecido por volta de 1536, no *Auto das Fadas* e no *Auto da Barca do Inferno* emprega ambos os termos: «Ó picota da Ribeira» e «Pelourinho da Pampulha», respectivamente. Chaves (1930), apelando a Herculano, para quem picota o nome mais vulgar do pelourinho, afirma que pelourinho e picota são a mesma coisa. Viterbo (1720, citado por Chaves (1930), distingue picota de pelourinho.

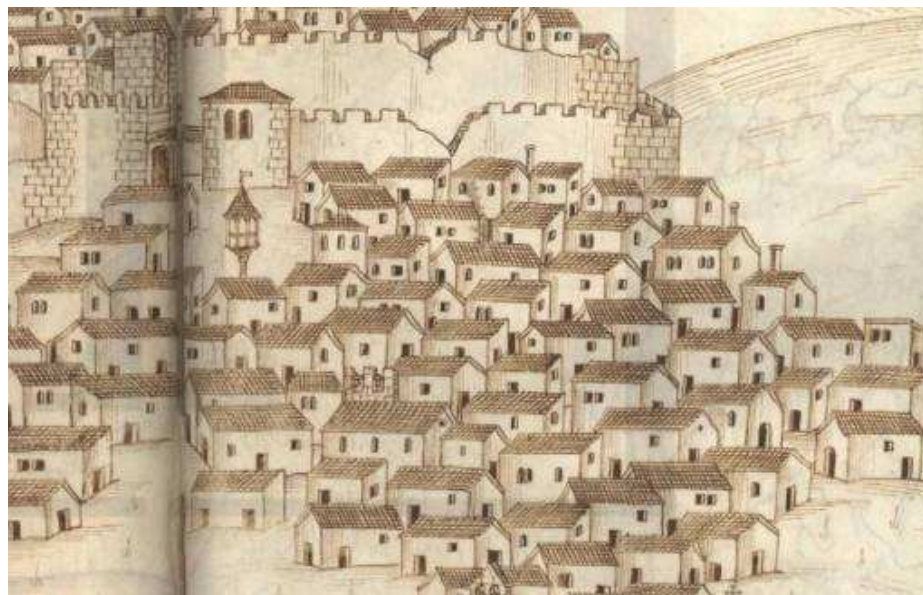


Figura 4. Pormenor da gaiola de exposição de criminosos, à esquerda, Sabugal, no maior largo do burgo; O livro das Fortalezas (1510).

A picota tinha os ferros das argolas e cadeias; o pelourinho, nada tinha. Bluteau e Joaquim José Caetano P. de Sousa, citados por Chaves (1948), são da mesma opinião. Esta ideia é defendida por Malafala (1997), que apresenta um desenho da picota dos bispos do Porto. Contudo, termina escrevendo que vários autores, Arnaldo Gama, Alexandre Herculano, Jaime Lopes Dias, «mencionam as duas palavras, sendo uma sinónima da outra». (1997:24). Pelourinho seria o aportuguesamento da palavra francesa «piloni». A palavra pelourinho, continua o autor, terá aparecido no século XVI, princípios do XVII. Chaves, (1948) resume: na idade Média, o termo mais antigo era picota, ainda

utilizado no século XV; no final deste século, e inícios do XVI, iniciou-se o uso do termo pelourinho. Pelo exposto, poder-se-á dizer que os dois termos são empregues com igual significado durante o século XVI.

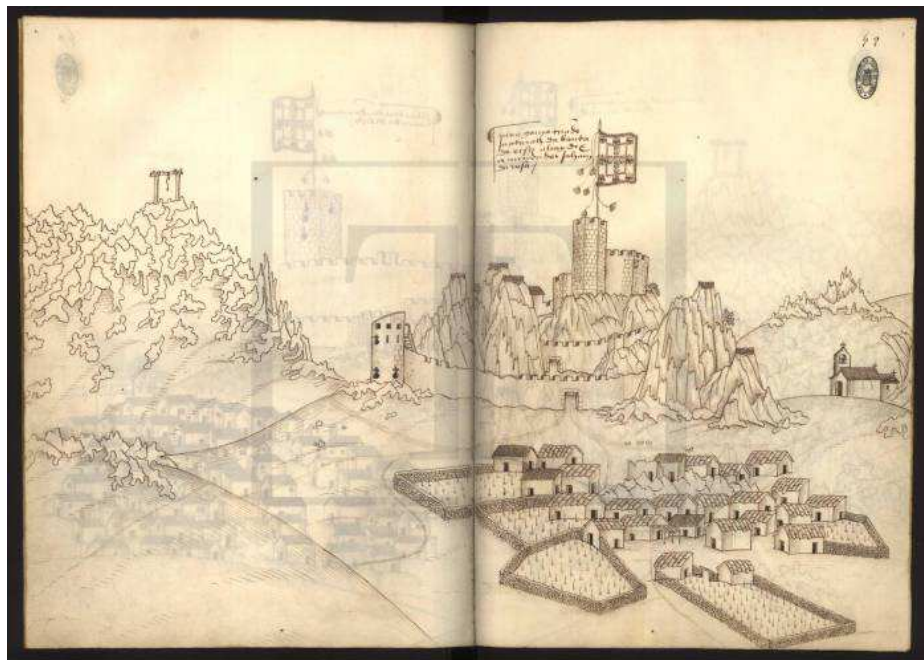


Figura 5. A força fora da muralha e do povoado, Penha Garcia; O livro das Fortalezas (1510).

O hábito de empicotar os delinquentes, escreve Costa (1926), permaneceu por vários séculos, em Portugal. Empicotar era expor o criminoso ao público, em local central, na picota ou no pelourinho, mais tarde. Este costume, continua o autor, existia ainda no século XIX. Expunham-se as prostitutas, a quem se

cortavam os cabelos, e, ainda em 1834, davam-se palmatoadas aos rapazes que cometiam travessuras.

Expunha-se o delinquente atando-o ao pelourinho pela cintura e eram alvo de injúrias e chufas. Lembramos que, este acto executado num pelourinho actual, não levaria muito tempo a tombar o pelourinho, face à sua delicadeza. Nos pelourinhos com gaiola ou pavilhão, (figuras 4 e 11) continua Costa, «a exposição fazia-se estando o condenado metido na gaiola ou pavilhão, onde era obrigado a dar muitas voltas com a cara voltada para o público». (1926:8). Daqui o nome que hoje também se dá à prisão e ao facto de estar preso: «gaiola», «está na gaiola». O Livro das Fortalezas (1510) tem várias povoações com pelourinho de gaiola.

Os pelourinhos que tinham braços de ferro, no alto, escreve Costa, serviam estes para neles «se darem tratos de polé», (1926:17) isto é, maus tratos, espancamentos. Lembramos, também, que os ferros dos pelourinhos que conhecemos, serão símbolo residual, pois não aguentariam cinquenta quilos suspensos ou a força de um homem de tamanho e peso médios.

No pelourinho, escreve Dias (1935), se executavam as penas que os almotacés, oficiais responsáveis pelos preços e pesos, entre outros, impunham: açoites, exposição e penas mais graves, como corte de membro ou da língua. Sobrinho, embora escrevendo que os pelourinhos «não eram postes de execução», também escreve que o pelourinho, cujo fuste tinha a altura de

um homem, no cimo tinha «uma gaiola onde os réus cumpriam a pena de exposição. A gaiola passou mais tarde a figurar em ponto pequeno, como remate simbólico, sem nenhuma utilidade prática» (2007:2).

Um pormenor do túmulo de Inês de Castro, meados de século XIV, Mosteiro de Alcobaça, mostra Cristo atado a um pelourinho de gaiola e flagelado por dois homens. Pode acontecer que, por força da utilização dos dois nomes, em simultâneo e durante algum tempo, se juntassem as funções de ambos, passando as da picota para o pelourinho. Landeiro (1995) não refere a função do pelourinho, mas a forca de Penamacor existiu, a crer na toponímia, na Rua da Forca ou rua da Serra, «e ainda conhecida por Serra da Forca» (1988:34). Assim, confirma-se que a forca ficava num lugar alto e fora da povoação. Um pouco à maneira do Calvário onde Cristo e os dois ladrões foram crucificados: chegaram ao lugar chamado Gólgota, isto é, «lugar do crâneo»; «chegados que foram ao lugar chamado Calvário, ali o crucificaram» (Mt 27, 33; Lc 23, 33).

Quanto ao pelourinho ser instrumento de pena capital, parece, hoje, um facto universalmente negado. Contudo, Costa afirma que houve alturas em que «os pelourinhos serviram para neles se fazerem execuções capitais de pessoas que tinham foros de nobreza, o que tal sucederia quando o sangue dos condenados não era de tão superior qualidade que merecesse a honra de tingir as tábuas de um cadafalso». A última execução, continua o autor, foi a de um cadete acusado de fraticídio, em 1790 (1926: 19-20).



Figura 6. Forca de Louredo da Serra, Paredes, Porto. Reconstruída. Localizada na povoação a 150 m. do pelourinho. Não obedece ao cânone de uma forca. Fonte: <http://fotos.sapo.pt/asnascimento/fotos/?uid=NqO6G4Bsywb4fUyPZRWm#normal>



Figura 7. Forca de Freixiel, Vila Flor. De: <http://pelourinhos.blogs.sapo.pt/tag/vila+flor>, que está dentro dos cânones de forca medieval: isolada, num local elevado, dois pilares verticais com um horizontal; aqui, este seria de madeira. É este o modelo de forca que aparece no Livro das Fortalezas. É igual ao de Castelo de Vide.

O Código Penal de 1852, citado por Dias (1935), dizia no Artº 91: «a pena de morte será executada na forca, em lugar público da cidade ou vila em que for proferida a sentença, ou da comarca em que tiver sido cometido o crime». O enforcamento realizava-se na forca que, ficou dito, se situava num local alto e bem visível, como se pode observar na figura 2, referente a Penha Garcia. E

algumas forcas, escrevem Tomás & Oliveira (2007), poderão nunca ter funcionado, antes terem uma função preventiva e pedagógica.

O último enforcamento realizado em Portugal foi de Matos Lobo, escritor, em 16 de Maio de 1842, por assassinato de duas mulheres e uma criança. A pena de morte foi abolida em Portugal, no foro civil, pela Lei de 1 de Julho de 1867.

Mas, para melhor compreensão das penas e instrumentos, enumeremo-los e expliquemo-los. Malafala apresenta o Pelourinho, ao qual estava intimamente ligada a exposição; Picota era um poste guarnecido de argolas onde se executavam penas, como açoites e exposição; Tronco, onde se prendia alguém; Cepo, tronco de madeira que, no patíbulo era usado para corte da cabeça ou membros; Forca, constituída por uma ou duas colunas verticais, de madeira ou outro material, que suportavam uma viga na horizontal, onde era pendurado o condenado com corda ao pescoço.

D. João II, escreve Chaves (1930), assinou, em 1496, uma carta sentença para que a vila Val de Prados, Bragança, tivesse forca, picota e tronco. Não se justificaria haver forca se o pelourinho fosse executada a pena capital. Talvez que com a expressão «no pelourinho» não se deva entender nele mesmo, mas «junto a», no «largo do pelourinho»... Ou seja, usar o pelourinho ou o largo do pelourinho como chamariz à população e à importância do acto.

O pelourinho nunca foi, pois, local da aplicação da pena de morte, como sugerem alguns autores, possivelmente, pela leitura da obra do ministro prussiano, atrás citado. Nenhum pelourinho actual aguentaria uma forca ou mesmo puxões de alguém que estivesse a ser chicoteado. Para a morte, como escreve Góis (1995), havia a forca situada fora da povoação. O mesmo Raczynski, citado por Sobrinho, escrevia que os pelourinhos estavam todos no centro da povoação; «ao contrário da forca, que estava fora da povoação, e em lugar alto para que pudesse ser vista e aterrar os malfeitores» (2007:1). Tomás & Oliveira (2007) seguem o mesmo método, o estudo das forcas do distrito de Portalegre através de documentos escritos e marcas toponímicas, e apresentam sete tipos de forcas: forca de um pilar de alvenaria (foto 4), forca de dois pilares de alvenaria (foto 5), forca-fortaleza de alvenaria; em madeira, forca em L invertido, forca de três pilares, forca de dois pilares de madeira (figura 2), forca simples.

3. O Pelourinho e o Liberalismo

Símbolo do poder administrativo autónomo, dado pela divindade, conquistado pela comunidade ou concedido por foral, símbolo do poder e autonomia de bispos e outros senhores eclesiásticos ou laicos, o pelourinho afigura-se aos liberais como a negação das suas crenças centralizadoras. Não admira que tenham destruído muitos deles. À semelhança do que Rodrigues escreve

acerca do pelourinho de Celorico da Beira: «o monumento foi destruído em 1871, parece, devido à ignorância e sectarismo de um magistrado. Com o derrube, as pedras desapareceram. Pensamos que o fuste terá sido aproveitado para a construção do cruzeiro, que se encontra junto da estrada, perto da Capela de S. João [...] o capitel, que se encontra num jardim da Casa da Senhora D. Maria do Céu Lopes, próximo do castelo [...] servindo agora de mesa» (1992:130).

Semelhante é o que relata Góis, referente ao pelourinho de Tentúgal: «viveu até ao ano de 1870. Nesta data, com a abertura da estrada Figueira da Foz – Coimbra, foi demolido, destruído e as ossadas devem jazer sob o pavimento ou esteiam paredes, celeiros ou vinhedos» (1995:210).

Quanto ao pelourinho de Estremoz, datado do século XVI, segundo o blog «por terras do Alentejo (2013), foi desmantelado no século XIX. O actual é uma reconstituição de 1916, restando o fuste, o capitel e o coruchéu de remate.

Dias (1955) escreve o mesmo acerca do pelourinho de Vila Velha de Ródão: «que já não existia, foi nos respondido, porque, para aformoseamento de um largo, o tinham – havia anos – desmantelado. Restava apenas o capital ou a cabeça» (1955:174).



Figura 8. Pelourinho de Penha Garcia. Foto do autor, 1990.

Na década de 1960, na Beira Interior, com a entrada do autocarro (camioneta), na aldeia, várias construções são deitadas abaixo para alargar ruas e largos. Em Monforte da Beira é uma capela. Em Alcains, outra, esta para deixar manobrar os camiões da Fábrica Farinha Branca de Neve. Em substituição, foi construída uma coluna com imagem de Nossa Senhora de Fátima.

Segundo o relatório da Academia Nacional de Belas Artes (1935), dos 333 pelourinhos levantados, em Portugal, 70 estão fragmentados e espalhados por vários locais institucionais e particulares. Outros cinco serviram para erguer chafarizes, cruzeiros e «passos».

Em resumo, e como escreve Cardoso (1935), o tempo e o homem são os culpados da destruição dos pelourinhos. Os homens, continua o autor, «guiados pela má compreensão das coisas ou cedendo muitas vezes a condenáveis paixões, supondo ver nos Pelourinhos símbolos de despotismo [...] confundindo a missão das forcas com a dos Pelourinhos», derrubaram estes monumentos «em número avultado» (1935, p. 5). Aliás, cremos que os destruidores utilizaram esta confusão e colagem negativa à morte, à tortura e à exposição, para lançar sobre os pelourinhos um ódio ou aversão que justificasse e conduzisse à sua destruição. Com o liberalismo, escreve Henriques (1990), extinguem-se Foros e Privilégios e o Município passa a ser um centro do poder administrativo com separação do poder judicial. Assim, aos olhos liberais, os pelourinhos deixam de ter sentido e constituem, até, uma afronta ao novo poder. Compreende-se que, no tempo de D. Maria II (1834-

1853), escreve Mário G. Real (citado por Malafala, 1997), foi ordenada a destruição dos ferros a aros dos pelourinhos, «considerados então símbolo de opressão e tirania» (p. 21).

Pinheiro Chagas, citado por Costa, afirma que os pelourinhos acumulavam as funções de «padrão da autonomia, com as de poste de ignomínia». Este «emblema de ignomínia que campeava num grande número de vilas e cidades de Portugal», «poste de ignomínia». (1930:14, 15). Costa partilha opinião semelhante, escrevendo que «sendo uma tal exposição um verdadeiro atentado contra a dignidade pessoal de quantos a sofriam». Estas afrontas, continua o autor, justificam o ódio contra os pelourinhos, ódio que se desenvolveu a partir de França. Entre nós, continua Costa, também já existia este rancor, em meados do século XVIII, mas os pelourinhos, «continuaram a servir por muito tempo para actos ignominiosos», como o de exporem as prostitutas e lhes cortarem os cabelos antes de as expulsarem da povoação. Uma prática, continua o autor, «que só pelo obscurantismo pode ser sustentada» (1926:4, 9, 10).

Porém, escreve Dias, utilizando Herculano (2008), que «acoutes, corte de mãos e pés e língua, exposição em público, seria, para a nossa época, bárbaro, revoltante e impraticável», mas normal para a época, quando se enterrava vivo o homicida debaixo do morto. (1935:5). Chaves, por seu lado, afirma que esta «lenda fúnebre e trágica, de tão profundas raízes e más consequências», não passa de um erro. (1930, p. 28). Desde há uns anos,

continua Chaves que se desfez, pelo menos em parte, «a lenda negra e sinistra dos pelourinhos e picotas. O pelourinho estava com a força e vice-versa» (1948:5).

Contudo, mesmo quando deitados abaixo e desaparecidos, a toponímia guardou, algumas vezes, a «Praça» ou o «Largo do Pelourinho». Acontece aqui o que acontece para capelas que não existem, mas persistem na toponímia. Carvalho (2008) apresenta vários casos. Por exemplo, no Ladoeiro, concelho de Idanha-a-Nova, tem três referências: Barrada de Santo Antão, Largo de São Pedro e Rua do Mártir Velho (São Sebastião). De pelourinho se mantém «pelouro» e continua ligado ao poder: pelouro da (cultura) da Câmara Municipal de (Idanha-a-Nova).

O largo do pelourinho é o largo principal. A ambos conduz a rua Direita que, como afirma Carvalho (2008), não é rua direita ou torta, mas a que vai direita da porta de entrada da povoação, porta material ou imaterial, até à praça central onde se encontra o pelourinho, ou outro edifício ou monumento semelhante no significado, caso da Sé ou igreja, casa da câmara, junta de freguesia... mas sempre sob a sombra do poder efectivo-simbólico do pelourinho.

Chaves (1948:26) recolheu a seguinte quadra demonstrativa:

«A Rua Direita é minha,
A Praça o meu caminho:

Meu amor, vem-me falar
Às grades do Pelourinho.»

Perdida a sua função real-simbólica depois da Revolução Liberal, que papel desempenha o pelourinho na aldeia ou vila da Beira? Dias, em jeito de conto antropomorfizado, questiona o que resta do pelourinho de Vila Velha de Ródão numa sala escondida na Câmara Municipal: «pobre, sem grande fábrica, os meus conterrâneos olharam-me, mesmo assim, sempre com respeito e com simpatia. Vinham fazer-me companhia, sentar-se nos meus degraus, os homens honrados e bons, especialmente nos Domingos e em dias de mercado, antes e depois da missa, em dias de solenidades ou procissões e á noite sob o manto prateado da Lua» (1955:174-175).

Por ser local central e, muitas vezes, o largo mais largo da povoação, o pelourinho era lugar de encontros e desencontros, como dizem as quadras recolhidas, no Rosmaninhal, por Chambino (2000, p. 56):

«Pelourinho da Praça
É encontro de quem ama;
Quantas vezes o meu amor
Lá terá feito a sua cama».

«O Pelourinho da Praça
É encontro de brejeiros.
De dia é dos casados,
De noite é dos solteiros».

Chaves recolheu 29 quadras, nas mais variadas regiões do país, muito semelhantes umas às outras, variando pouco mais que o nome da povoação:

«Adeus, ó vila de Oleiros,
Duas coisas te dão graça:
É o relógio da torre,
E o Pelourinho na Praça».

«Ó pelourinho da Praça,
[Salvaterra do Extremo]
Abaixo vieras tu
Com beijinhos e abraços,
Não te quero mal nenhum».
(1948:23, 25).

Com a força acontece o mesmo. Não haverá resíduo material, mas a toponímia conservou-a. Como escreve Chaves, na «toponímia de muitas terras, que tiveram força, sobrevivem-lhe os nomes dos locais, fora da povoação, onde ela se ergueu: montes da força, tapadas da força, terreiros ou campos da força, e designação afins» (1948:27). Dias (1935), para o distrito de Castelo Branco, apresenta o topónimo «Cabeço da Froca», ou semelhante, em Alpedrinha, Atalaia do Campo, Álvaro, Belmonte, Castelo Novo, Covilhã, Fundão, Idanha-a-Nova («Vinha da Força»), Penamacor, Rosmaninhal (cabeço da força), Salvaterra do Extremo, S. Vicente da Beira, Sertã, Pedrógão Pequeno, Penha Garcia e Proença-a-Velha. Tinham força, em 1510, segundo D'Armas (1990), as povoações fronteiriças de Castro Marim, Alcoutim, Serpa, Moura, Monsaraz, Elvas, Alpalhão, Penha Garcia, Vilar Maior,

Castelo Mendo, Freixo de Espada à Cinta, Vimioso, Bragança, Vinhais, Monforte, Chaves e Montalegre.

4. Distribuição geográfica dos pelourinhos

Apresentamos os pelourinhos existentes, por distrito, em Portugal, materialmente ou na memória colectiva, segundo [http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_pelourinhos_de Portugal](http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_pelourinhos_de_Portugal) (2013) e Academia de Belas Artes (1935), o segundo número; o terceiro número, tal como a última linha do quadro, é segundo Cardoso (1935, 1936); no quadro 2, apresentam-se os distritos da Beira Interior e os concelhos com mais pelourinhos, do distrito; ainda o distrito de Bragança por ser o terceiro distrito com mais pelourinhos, mais que Castelo Branco; no mapa são apresentadas as percentagens distritais, da primeira contagem.

Algumas observações: (i) a norte do Rio Tejo há 89% dos pelourinhos e a sul, 11%, algo que se deva ao processo temporal da Reconquista; (ii) Na Beira Interior (Viseu, Guarda e Castelo Branco) há 36% dos pelourinhos e, pelas contas de Cardoso (1936), 40%; quanto mais longe do centro do poder mais possibilidades de fugir às leis; Somando Bragança, estes quatro distritos têm 46,1%, quase metade, conforme Quadro 2. (iii) A norte do Rio Douro, região do nascimento de Portugal, 25%; (iv) A norte do Rio Mondego, sem contar com o

distrito de Castelo Branco, há 69,6% dos pelourinhos; razões atrás referidas. (v) Com mais de 10%, estão os distritos de Bragança, Viseu e Guarda, também por razões já referidas.

Quadro 1. Distribuição dos pelourinhos

Distrito	Quantidade	Distrito	Quantidade
Aveiro	17 – 12	Leiria	21 – 18
Beja	6 – 5	Lisboa	11 – 12
Braga	16 – 11	Portalegre	5 – 9
Bragança	39 – 38	Porto	13 – 15
Castelo Branco	23 – 20 - 14	Santarém	15 – 14
Coimbra	29 – 25	Setúbal	12 – 9
Évora	13 – 11	Viana do Castelo	16 – 11
Faro	5 – 4	Vila Real	19 – 17
Guarda	47 – 45 - 43	Viseu	67 – 57 - 50
Açores	00 – 00 - 2	Madeira	0 - 1 - 2
	195 - 171		179 - 163 T: 374 - 333
Houve em Portugal	409		
De pé	263		
Demolidos	73		
Fragmentos	73		

Quadro 2. Distritos com mais pelourinhos:
Castelo Branco, Guarda e Viseu; e Bragança

Distrito	Concelho, área e Pelourinhos	Concelhos com mais Pelourinhos
Castelo Branco	11- Concelhos Área - 6.675 Km2 Pelourinhos - 23	Idanha-a-Nova - 8
Guarda	14 - Concelhos Área - 5.518 Km2 Pelourinhos - 47	Algodres - 6 Sabugal - 5 Seia - 5 Vila Nova de Foz Côa - 7
Viseu	24 - Concelhos Área - 5.007 Km2 Pelourinhos - 67	Lamego - 6 Moimenta da Beira - 5 Nelas - 7 Santa Comba Dão - 6 Sátão - 5 Tabuaço - 5 Tondela - 7
Bragança	12 - Concelhos Área - 6.608 Km2 Pelourinhos - 39	Bragança - 9 Mogadouro - 5 Mirandela - 5

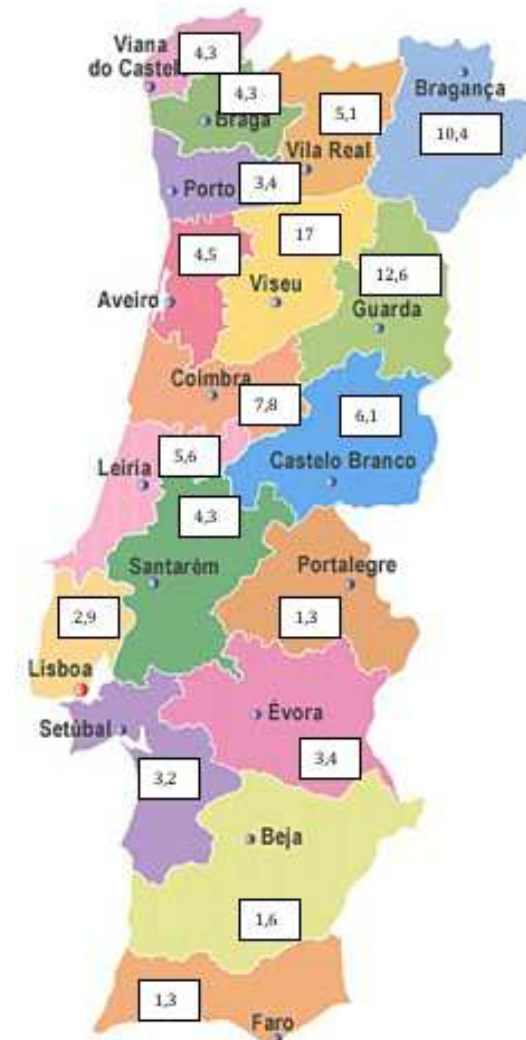


Figura 9. Distribuição da % de pelourinhos por distrito.



Figura 10. Pelourinho de Proença-a-Velha. Foto do autor, 1990.

Da análise destes dados, estabelecemos três regras. Persistiram mais pelourinhos, quanto mais a região está: (i) afastada da capital; (ii) a norte; (iii) no interior. O que se percebe, pois sendo a autoridade liberal centralizadora, quanto mais longe, mais afastada desta autoridade. Entenda-se o «longe» tanto a distância quilométrica, como a dificuldade em lá chegar. Porém, há duas exceções a estas regras.

A primeira é Coimbra que tem 29 pelourinhos, 7,8%; isto porque não se encontra muito afastada da capital, pensando que a principal estrada portuguesa foi sempre a que liga Lisboa ao Porto. Talvez porque metade deste Distrito, a parte oriental, seja tão interior quanto o distrito de Castelo Branco, com o qual faz fronteira. Aliás, a paisagem natural do NE do distrito de Coimbra é bem mais semelhante à do distrito de Castelo Branco, que ao de Coimbra. A segunda exceção, que nega claramente a regra, é a pequena percentagem de pelourinhos existente no Alentejo e Algarve. Será por mais tardia Reconquista e consequente atribuição de foral ou será por outra cultura ou situação? É que o distrito de Faro teve apenas dois pelourinhos. Hoje, original, tem nenhum.

Conclusão

Para se compreender a destruição/ reconstrução dos pelourinhos deve referir-se que no inventário da Academia Nacional de Belas Artes (1935), e dos

pelourinhos nomeados, 70 deles são fragmentos, como atrás foi referido. Destes, 34 estão nas instalações da Câmara Municipal ou serviços municipais; 14, em posse de particulares; 22 são fragmentos localizados noutras locais, dispersos pela povoação; 5 foram empregues noutras construções, aspecto também já referido: cruzeiros, «passos» (quadros da Procissão dos Passos), chafarizes (2) e outras.

É errado pensar que os portugueses se preocupam ou preocuparam com a conservação do património cultural, arquitectónico ou outro. Ontem, como hoje, é vulgar a mudança do nome de ruas, largos e outros. Por pouco que se goste de Salazar, a ponte 25 de Abril era Salazar. Por muito que se goste do «nosso» presidente da Câmara Municipal, a Rua da Porta ou a Rua Direita são-no há séculos e não do senhor presidente.

Antes da década de 1940, escreve Martins: «quem percorresse o País quase não encontraria castelos. Reduzidas as antigas fortalezas medievais a montes de pedras, só a custo se conseguiria divisar aqui ou ali um pedaço de muralha, um vestígio de escadaria ou uma torre arruinada [...] Se, num belo dia de 1836, um dos vereadores vimaranenses tivesse votado de forma diferente numa reunião camarária, o Castelo de Guimarães teria sido demolido e a sua pedra utilizada para calcetar as ruas. Foi por um só voto que saiu derrotada a proposta nesse sentido apresentada pela Sociedade Patriótica Vimaranesa» (2011:3).

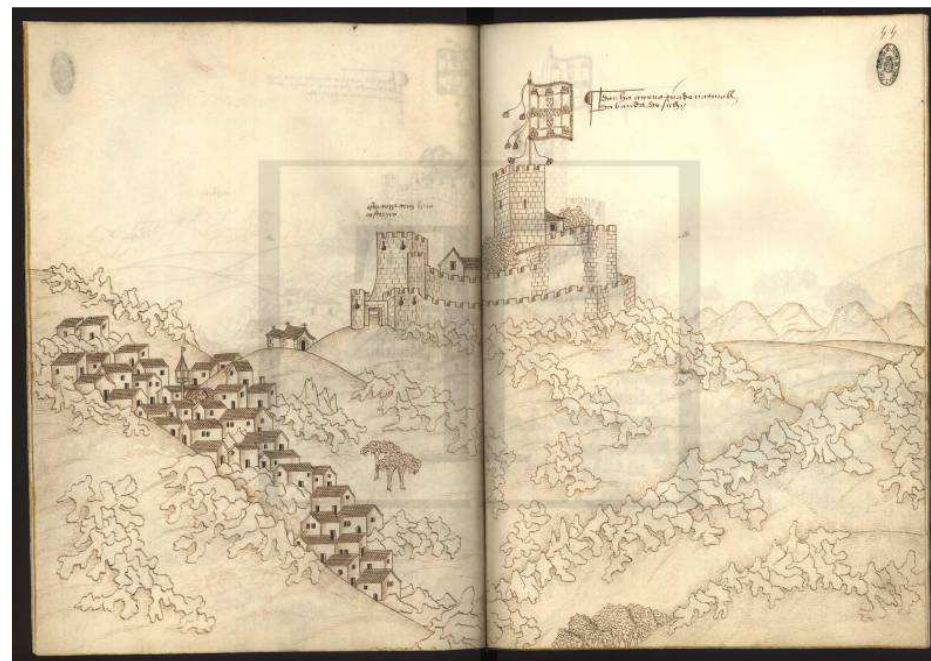


Figura 11. Castelo e Pelourinho de Gaiola de Idanha-a-Nova. Livro das Fortalezas, 1510.

Foi o Estado Novo que, como é vulgar apanágio dos regimes ditatoriais, pôs de pé os castelos de Portugal, como hoje os conhecemos, para glória da Nação, mas pouco ou nada tendo a ver com a realidade da Baixa Idade Média. O mesmo se passou com Igrejas e Sés, caso da Sé de Lisboa ou do mosteiro de Santa Clara a Velha, em Coimbra, que foram reconstruídos de acordo com o original, mas não se conhecendo, ao certo, como era o original.

Dias escreve que os pelourinhos estão abandonados pelas municipalidade «e até pelo Estado, que apenas tem classificados 33 de entre os de maior valor artístico. Nunca se atendeu ao seu valor histórico, assim como nunca se procedeu ao seu inventário» (1935:23).

Outro exemplo é Idanha-a-Nova. Observando o seu castelo no Livro das Fortalezas (1510), figura 3, vê-se uma construção imponente. Hoje, pouco resta, além de um pedaço da Torre de Menagem. A maioria das pedras devem jazer na estrada que liga a Senhora da Graça a Idanha-a-Nova, construída em 11 meses, no ano de 1867. Como escreve Catana, «sempre ouvi falar que grande parte dos panos de muralha do castelo de Idanha-a-Nova fora utilizada na construção dos muros de suporte da estrada que liga a Vila à ponte da Senhora da Graça» (2011, 199). No referido Livro das Fortalezas vem um pelourinho de gaiola. Também desapareceu. Segundo Catana (2008) terá sido destruído em 1837. Contudo, parece-nos que não terá sido o pelourinho de gaiola que aparece no Livro de Armas (1510), antes um pelourinho semelhante aos actuais do Concelho. Isto porque, seguindo o mesmo autor (2008), o Padre José Lopes Xisto responde à pergunta se a vila tinha brasão de armas: «tinha Pelourinho e casa da Câmara, que foi tudo destruído em 1837». Se fosse o pelourinho de Gaiola, face à sua monumentalidade, teria sido objecto de mais algumas linhas. Além disso, o padre responde em 1858, 21 anos depois da destruição, o que indica existirem muitos homens e mulheres ainda vivos que assistiram à destruição.

Interessante é que não conseguimos ver qualquer pelourinho de gaiola pesquisando na NET.

Catana (2008) pede ainda à Câmara Municipal que assinale na Praça da República a existência deste pelourinho. Existiu ele na Praça da República? Quase de certeza, pois, a não existir lá, como se justificaria que os republicanos se apropriassem da importância da Praça e lhe tenham mudado o nome?

Mas não é só o caso e Idanha-a-Nova. Em 1510, tinham castelo Idanha-a-Nova, Segura, Salvaterra, Penha Garcia e Monsanto. Resta este, pois o de Penha Garcia não passa de uma reconstrução (se é que se pode falar de uma reconstrução) recente.

Os pelourinhos actuais são símbolos da autonomia concelhia e de alguns senhores laicos e religiosos, em relação ao poder central, e são os que restam da destruição provocada pelo tempo e pelo homem, nomeadamente pelo homem liberal que os destruiu e reutilizou em estradas, fonte e outras construções, serão do século XVI e terão servido para neles, se exporem os criminosos e simples delinquentes, além de outras penas casos de flagelação e corte de mãos. Contudo, onde se lê «no pelourinho», será mais correcto entender «junto de», «no largo de», pois o fuste ou os ferros dos pelourinhos actuais não aguentariam a força ou o peso de um homem de estatura e peso médio. A flagelação e exposição teriam acontecido nas picotas e nos

pelourinhos de Gaiola, como o que mostra a Figura 3 e como mostra um pormenor do túmulo de D. Inês de Castro, construído nos meados do século XIV, no Mosteiro de Alcobaça, em que Cristo, atado ao fuste de um pelourinho de Gaiola, é flagelado por dois homens.

Como escreve Heleno (1907, citado por Dias, 1935), «o pelourinho, que com o tronco e a forca era a honra do concelho, abandona a sua missão e passa a simbolizar a jurisdição municipal» (p. 2012). São apenas símbolos, mas símbolos efectivos e assim tidos em conta pela população, pois, como afirma Chaves, «são numerosos os exemplos de povoações que se hostilizaram pela sua hegemonia, e cada uma pensa destruir o símbolo local, o pelourinho da outra e, por vezes, consegue» (p. 13). A confusão de funções terá derivado da utilização dos termos picota e pelourinho com o mesmo significado, no século XVI. A gaiola dos actuais pelourinhos será símbolo residual da antiga gaiola. Quanto à pena de morte, era executada na forca, que mostra a figura 2, situada fora da povoação, em lugar alto e bem visível para dissuasão e para que a sua carga negativa não se abatesse sobre as cabeças dos moradores.

Pelourinho e forca permanecem na toponímia de muitas povoações. Iguamente o termo Guarita, sinónimo de Gaiola, como acontece no Rosmaninhal. Na investigação para a tese de doutoramento, Carvalho (2008), recolheu a informação que a guarita era um termo militar, local de uma muralha. Caiu em erro. De acordo com D'Armas (1990), Rosmaninhal, em 1510, não tinha castelo. E é pouco provável que alguma vez o tenha tido.

Chambino tenta provar a existência de um castelo no Rosmaninhal. Apresenta três documentos. Um, de 1505, onde se diz «dizem que lá em outro tempo foi feito um castelo ...»; outro, de 1678, onde se lê «que em algum tempo estivera valado e tinha de redondo...»; o terceiro, de 1776, onde se lê «o tombo velho diz que esteve em alguma hora o castelo...» (2000:58-59). Isto é, diz-se que se disse. Certo é que o Livro das Fortalezas, de 150, não o refere. Largo da Guarita seria o largo onde o Rosmaninhal teve o seu Pelourinho de Gaiola, 100 metros a SO do actual pelourinho e casa da Câmara.

Como muitas áreas da História de Portugal, o Pelourinho tem sido olhado, quando é estudado, de forma a-crítica e desvalorizadora da importância que tiveram e têm. Algo que tem a ver tanto com o domínio histórico do *magister dixit* e dos quintais dos professores doutores, como com o desinteresse e desvalorização que nos merece a memória social. Porém, a singela e silenciosa presença destes marcos históricos torna-os atraentes e irresistíveis à admiração dos olhos dos historiadores e demais cidadãos. Cabe ao historiador questioná-los nas palavras do sossego e, com os olhos em calma, perscrutar os sons do silêncio.

Referências Bibliográficas

AaVv. (2013) Anexo: **Lista de Pelourinhos em Portugal**. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista de pelourinhos de Portugal](http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_pelourinhos_de_Portugal)

AaVv. (2013) <http://porterrasdoalentejo-bruno.blogspot.pt/2009/11/pelourinhos-doalentejo.html>

Academia das Belas Artes (1935). **Pelourinhos. Inventário Conforme o Inquérito Determinado pelo Decreto nº 23122 de 11 de Outubro de 1935**. Lisboa.

Armas, Duarte d' (1990) **O Livro das Fortalezas**. Lisboa: INAPA. (original de 1510).

Braga, Teófilo (1995) **O Povo Português nos Seus Costumes, Crenças e Tradições**. Vol. 1. Lisboa: Publicações D. Quixote.

Câmara Municipal de Celorico da Beira (2013) Disponível em <http://www.cm-celoricodabeira.pt/concelho/historia/Paginas/OPelourinho.aspx>

Cardoso, Nuno Catharino (1935) **Pelourinhos Demolidos**. Lisboa: Edição do Autor.

Cardoso, Nuno Catharino (1936) **Pelourinhos das Beiras**. Lisboa: Edição do Autor.

Catana, António Silveira (2011) **O Castelo de Idanha-a-Nova**. Raiano, Outubro, p. 194-202.

Catana, António Silveira. (2008) **O Ano da Destruição do Pelourinho de Idanha-a-Nova**. Raiano, Dezembro, p.17.

Carvalho, António Maria Romeiro (2008) **Aldeia e Espaço Rural. Como Organiza o Rural o Seus Espaço. Rupturas e Permanências**. Tese original de Doutoramento. Lisboa: F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa.

Chambino, Mário Lobato (2000) **Rosmaninhal. Lembranças de um Mundo Cheio...** Açafa, 3.

Chaves, Luís (1930) **Os Pelourinhos Portugueses**. Gaia: Apolino.

Chaves, Luís (1948) **Os Pelourinhos Portugueses. O Seu Perfil Histórico, Artístico, e Etnográfico – Folclórico**. Guimarães: Tipografia Minerva Vimaranesense.

Costa, A. Teixeira de (1926) **Os Pelourinhos. Estudo Histórico**. Elvas.

Dias, Jaime Lopes (1935) **Pelourinhos e Fôrcas do Distrito de Castelo Branco**. Lisboa: Livraria Ferin.

Dias, Jaime Lopes (1955) **Etnografia da Beira**. Volume 3. Lisboa: Livraria Ferin.

Góis, Correia (1995) **Concelho de Montemor-o-Velho. A Terra e a Gente**. Montemor-o-Velho: Câmara Municipal.

Henriques, Louzã (1990) **Os Pelourinhos Portugueses. O Pelourinho da Lousã**. Arunce. Revista de Divulgação Cultural, 3 e 4, p. 39-48.

Herculano, Alexandre (2008) **História de Portugal**, IV. Lisboa: Livraria Bertrand.

Landeiro, José Manuel (1995) **O Concelho de Penamacor na História, na Tradição e na Lenda**. Penamacor: Câmara Municipal.

Malafala, E. B. de Ataíde (1997) **Pelourinhos Portugueses. Tentâmen de Inventário Geral**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Martins, Luís Almeida (2011) **As Grandes Mentiras da História de Portugal**. Visão, 24 de Agosto. Disponível em <http://visao.sapo.pt/as-grandes-mentiras-da-historia-de-portugal=f618163>

Rodrigues, Adriano Vasco (1992) **Celorico da Beira e Linhares**. Celorico da Beira: Câmara Municipal.

Sobrinho, Costa e Silva (2007) **Os Pelourinhos de Santos**. Disponível em <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0060.htm>

Sousa, Júlio Rocha e (2000) **Pelourinhos do Distrito de Castelo Branco**. Viseu: edição do autor.

Tomás, Ana Cristina & Oliveira, Jorge de (2007) **As Forcas do Distrito de Portalegre**. Lisboa: Edições Colibri.

Vicente, Gil (2002) **As Obras de Gil Vicente**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.